

Mais força à **CDU**

Em defesa da soberania nacional sobre o sector aéreo, pela valorização do trabalho e dos trabalhadores!

Em 2015, **a CDU foi decisiva para afastar do Governo o PSD/CDS**, e com essa decisão interromper a política agressiva contra os trabalhadores que estava a ser desenvolvida.

Nestes quatro anos foram possíveis alguns avanços, sempre pela luta dos trabalhadores e a iniciativa política do PCP e da CDU, **mas os compromissos do PS com os grandes grupos económicos e com os processos de liberalização à escala europeia** continuaram a determinar o quadro político. É por isso que dizemos que é preciso avançar, dando mais força à CDU.

Foi possível reverter parcialmente a ilegal e criminosa privatização da TAP realizada pelo Governo PSD/CDS, mas o PS recusou-se à reversão plena. Conseguimos travar alguns dos maiores desmandos do «Project RISE» (venda do reduto TAP, encerramento do Centro de Contactos, deslocalização da Manutenção, liberalização da Assistência em Escala) mas a gestão privada está a deixar a sua negativa e perigosa marca na empresa.

Foi possível fazer recuar o processo de liberalização da assistência em escala, nomeadamente pela revogação do aumento de operadores mínimos no Aeroporto de Lisboa, pela emissão das licenças para a SPDH, que estavam por atribuir desde 2011 e pela assinatura do contrato TAP/SPDH. Mas a Assistência em Escala continua marcada pela precariedade, pela desregulação de horários, pela ilegalidade patronal (com o caso mais grave e flagrante a ser a Portway) e o Governo, a ACT e a ANAC pouco fizeram, apesar da constante pressão que sofreram dos trabalhadores e do PCP.

Não foi possível ultrapassar a cumplicidade do PS com a privatização da ANA, que havia sido oferecida pelo PSD/CDS à multinacional Vinci (sim, oferecida, ou alguém acha que é muito dinheiro 3 mil milhões por uma empresa que está a lucrar centenas de milhões ao ano?). Foi a Vinci que decidiu do futuro do Aeroporto de Lisboa, com o Governo a submeter-se a

essa posição. É a Vinci que está a sugar a riqueza criada no sector, com sucessivos aumentos de taxas e de alugueres.

Como é evidente, **não há regulação que substitua a propriedade pública dos sectores estratégicos**, e a renacionalização da ANA é uma medida urgente e inevitável.

Também para os trabalhadores do Aeroporto de Lisboa a privatização trouxe mais exploração e precariedade. Encerram-se refeitórios e espaços de tomada de refeição, empurrando os trabalhadores para uma restauração inacessível, alargou-se o horário de funcionamento sem qualquer preocupação de garantir transportes ou estacionamento, faltam cacifos e casas de banho.

No que respeita à NAV **foi possível continuar a afastar o perigo da sua destruição às mãos do «Céu Único»** que querem impor a UE e as multinacionais do transporte aéreo, mas a vigilância tem que continuar.

Os APA continuam a sofrer uma inaceitável exploração, precariedade e repressão às mãos das multinacionais Vinci e Prosegur, com o coligação anti-laboral PS/PSD/CDS a derrotar até agora todas as tentativas de criar e regular a profissão de segurança aeroportuário.

Os próximos anos serão decisivos para o futuro do sector aéreo nacional, e para as condições de trabalho no sector. É preciso vontade, coragem e o projecto de enfrentar os interesses mesquinhos das multinacionais e dos grandes grupos económicos, e de resistir às orientações liberalizadoras da União Europeia. É preciso atacar a exploração e a precariedade no trabalho e recusar o modelo económico que nelas assenta.

No dia 6 de Outubro, o voto na CDU é aquele que dá garantias que se vai avançar em vez de andar para trás!

**Avançar
é preciso!**

PCP-PEV



Trabalhadores dos Aeroportos e Aviação Civil apelam ao Voto na CDU



Ana Magalhães
Prosegur



Ana Pereira
Prosegur



António Salgado
ANA, Dir. SITAVA



Carlos Batista
Portway, Dir. SITAVA



Cristina Carrilho
TAP, CT



Cristina Oliveira
Prosegur



Elisabete Martins
Portway, CT



Fernando Henriques
SPDH, Dir. SITAVA



Helena Santana
LFP, Del. SITAVA



João Alves
SPDH



João Duarte
Portway, CT



João Gato
SPDH, Dir. SITAVA



João Lopes
SPDH



José Cid
TAP, CT



Luís Nunes
SPDH



Manuel Teixeira
SPDH



Maria Luís
LFP



Nuno Angélico
TAP, CT



Nuno Crestino
SPDH, Dir. SITAVA



Nuno Ramos
TAP



Nuno trindade
SPDH



Rui Nunes
TAP, CT



Rui Teixeira
SPDH, CT



Sandra Rocha
Prosegur



Sérgio Eusébio
SPDH



Sérgio Rodrigues
Prosegur



Vitor Pires
SPDH



Vitor Mesquita
TAP, Pres. MAG SITAVA



Vitor Pereira
TAP, CT



Walter Figueiredo
Lufthansa

**Avançar
é preciso!**



**Mais força
à CDU**

Em defesa do Sector Aéreo Nacional e dos seus trabalhadores: Iniciativas Legislativas do Grupo Parlamentar do PCP no mandato 2015/2019:

1 Pedido de
Apreciação Parlamentar

97 Perguntas
Escritas

2 Projectos
Lei

10 Requerimentos
1 Projecto de
Resolução

Em Julho, prestámos contas do trabalho realizado pelos deputados da CDU. Mais de 110 iniciativas legislativas em defesa do sector aéreo nacional e dos seus trabalhadores.

Esse documento pode ser descarregado aqui:

[http://dorl.pcp.pt/Images/DocumentosPDF/2019/ago/presta contas sector aereo A4 WEB.pdf](http://dorl.pcp.pt/Images/DocumentosPDF/2019/ago/presta%20contas%20sector%20aereo%20A4%20WEB.pdf)

Para além deste enorme trabalho parlamentar, estivemos presentes em todas as lutas travadas pelos trabalhadores do sector, pois sabemos - e a vida tem demonstrado - que o futuro de Portugal depende, antes de tudo o mais, da unidade, da organização e da luta dos trabalhadores!

O trabalho realizado é uma das razões para se votar CDU nas eleições de 6 de Outubro de 2019!



2 Outubro 2019
Quarta-Feira, 18h30
Auditório da Formação da NAV
(Rotunda junto à Portaria da TAP e da NAV)

Reunião Pública
«Portugal e os Trabalhadores
face à nova estratégia europeia
para a Aviação:
uma política patriótica
e de esquerda para o sector!»

Estás convidado!

Com a CDU **Avançar em vez de andar para trás!**

Nos últimos 4 anos, foram possíveis avanços. Nomeadamente, recuperaram-se os 4 feriados roubados, reduziu-se a carga fiscal sobre os trabalhadores, reverteram-se privatizações (Metro, Carris, STCP, e ainda que parcialmente, a TAP), conseguiram-se medidas de redução dos custos com os transportes públicos, conseguiu-se um aumento significativo do Salário Mínimo (de 505 para 600 euros) ainda que aquém do necessário.

Mas como a própria situação do sector bem ilustra, os compromissos de sempre do PS com o grande capital impediram a ruptura com a política de direita, com a política de reconstrução do capitalismo monopolista, que PS/PSD/CDS impõe há 40 anos.

É preciso andar para a frente, e são evidentes os riscos de se andar para trás, nomeadamente através de uma situação política onde um governo PS se encontre de mãos mais livres.

O voto na CDU no próximo dia 6 de Outubro é aquele que melhor contribui para consolidar os avanços conseguidos e que ainda contribui para que se ande para a frente e não para trás.



Valorização da Contratação Colectiva:

São múltiplos os exemplos no sector de como a legislação laboral está a dar força ao patronato na contratação colectiva.

É preciso ter a coragem de enfrentar as dificuldades criadas por essa legislação, mas é igualmente importante lutar pela sua alteração.

O PCP propôs que fosse reposto o equilíbrio, acabando com a caducidade da contratação colectiva e repondo o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador. Mas PS/PSD/CDS chumbaram todas essas propostas, numa coligação anti-laboral que esteve sempre presente nestes quatro anos.

Com a força que lhe derem os trabalhadores, a CDU voltará a apresentar essas propostas!

«Trabalho por turnos e profissões de desgaste rápido:

Além da limitação legal do trabalho em regime de turnos e de laboração contínua às actividades de natureza social impreterível ao funcionamento da economia devem ser adoptadas medidas de protecção, compensação e reparação para os trabalhadores em regime de turnos, nomeadamente: regime específico de reforma antecipada com a redução da idade de reforma correspondente ao período de prestação de trabalho em regime de trabalho por turnos; a adaptação das disposições relativas à base de incidência da taxa social única, a pagar em contribuições para a Segurança Social, devendo ser incluído no seu cálculo e apuramento a retribuição relativa ao trabalho por turnos, a aplicação de um aumento da TSU das empresas para fazer face a essas exigências; a consideração de limites ao exercício dessa actividade respeitando todos os direitos; o estabelecimento de regimes mais exigentes de medicina no trabalho. As mesmas medidas, com as necessárias adaptações, devem ser aplicadas aos trabalhadores que exercem profissões de desgaste rápido.»

Excerto do Programa Eleitoral do PCP

